

SUMÁRIO

<i>Prefácio à 2ª edição</i>	11
-----------------------------------	----

Capítulo I – TEORIA GERAL DO PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO

1.1 Conceitos fundamentais	13
1.1.1 Processo	15
1.1.2 Procedimento	17
1.1.3 Processo administrativo ou procedimento	18
1.1.4 Processo e procedimento no Direito Tributário	22
1.1.5 Tributo	26
1.2 Processo administrativo tributário – Aspectos fundamentais ..	29
1.2.1 Atividade judicante ou de jurisdição na Administração ...	32
1.2.2 Sistemas de jurisdição: una ou dupla	35
1.2.3 Sistemas de jurisdição no direito comparado	38
1.2.4 O processo administrativo tributário como direito constitucional do contribuinte	40
1.2.5 Princípios aplicáveis ao procedimento e processo administrativo tributário	
1.2.5.1 Conceito	49
1.2.5.2 Princípio da legalidade	51
1.2.5.3 Princípio da igualdade	53
1.2.5.4 Princípio da oficialidade	54

1.2.5.5	Princípio do informalismo ou do formalismo moderado.....	55
1.2.5.6	Princípio da verdade material	58
1.2.5.7	Princípio do devido processo legal	60
1.2.5.8	Princípio do contraditório e ampla defesa	61
1.2.5.9	Princípio da presunção de legitimidade	65
1.2.5.10	Princípio da preclusão.....	65
1.2.6	<i>Processo administrativo tributário: seu uso facultativo, suas vantagens e desvantagens e desistência da lide</i>	
1.2.6.1	Uso facultativo do processo administrativo	70
1.2.6.2	Vantagens do processo administrativo tributário..	72
1.2.6.3	Desvantagens do processo administrativo tributário.....	77
1.2.6.4	Desistência do litígio na esfera administrativa em razão da propositura de ação judicial sobre o mesmo objeto – Sua relativização no contexto..	79
1.2.7	<i>Capacidade postulatória no processo administrativo</i>	84
1.2.8	<i>Depósito para garantia de instância – Sua inconstitucionalidade</i>	86
1.2.9	<i>Preparação do processo administrativo tributário</i>	
1.2.9.1	Recepção da impugnação e a conferência dos documentos	92
1.2.9.2	Manifestação da autoridade lançadora.....	94

Capítulo II – NORMATIZAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO

2.1 Fontes normativas do processo administrativo tributário

2.1.1	Fundamentos conceituais	98
2.1.2	Inexistência de legislação consolidada.....	100
2.1.3	A legislação esparsa.....	101
2.1.4	A importância da codificação da legislação processual tributária	103

2.1.5 <i>A lei processual: sua instrumentalidade e interpretação ...</i>	105
2.1.6 <i>Legislação processual no direito intertemporal.....</i>	109
2.1.6.1 <i>A aplicação da lei nova em processos pendentes ..</i>	110
2.1.6.2 <i>Os recursos na mudança da lei processual.....</i>	111
2.1.7 <i>Prazos no processo administrativo tributário</i>	113

Capítulo III – OS TRIBUNAIS ADMINISTRATIVOS: COMPOSIÇÃO E FUNCIONALIDADE

3.1 Disposições gerais	115
3.2 Competência dos órgãos de julgamento administrativo para afastar aplicação de norma tributária inconstitucional.....	117
3.3 Efeitos da decisão do órgão de julgamento administrativo	129
3.3.1 <i>Decisão definitiva (administrativa) e coisa julgada (judicial)</i>	<i>131</i>
3.3.2 <i>Efeito vinculante das decisões dos tribunais administrativos para a Administração</i>	<i>132</i>
3.4 Publicidade das sessões de julgamento x sigilo fiscal	139
3.5 Os requisitos estruturais da decisão	141
3.5.1 <i>Relatório</i>	<i>142</i>
3.5.2 <i>Motivação</i>	<i>142</i>
3.5.3 <i>Dispositivo</i>	<i>147</i>
3.6 Abrangência material da decisão	147
3.6.1 <i>Decisão de ofício: recurso intempestivo e matéria não aduzida pela defesa</i>	<i>148</i>
3.6.2 <i>Decisões extra ou ultra petita em processo fiscal.....</i>	<i>152</i>
3.6.3 <i>Reformatio in pejus no processo administrativo tributário</i>	<i>154</i>
3.6.4 <i>Da possibilidade de reclassificação da multa do lançamento pelo julgador</i>	<i>159</i>
3.6.5 <i>A aplicação da equidade</i>	<i>161</i>
3.6.6 <i>Inexatidões e erros materiais nas decisões</i>	<i>162</i>

3.7 Súmulas	164
3.8 O julgador nos tribunais administrativos	166
3.9 O exaurimento do processo administrativo para a denúncia crime	170

Capítulo IV – PROVAS

4.1 Noções conceituais	176
4.2 Avaliação da prova em matéria tributária	179
4.3 Meios de prova	183
4.3.1 Confissão	184
4.3.2 Prova documental	186
4.3.3 Prova emprestada	190
4.3.4 Prova testemunhal	194
4.3.5 Prova por meio de presunção legal	196
4.3.5.1 Suprimento de caixa	198
4.3.5.2 Ativo oculto ou passivo fictício	200
4.3.5.3 Presunção de venda através do controle quantitativo de mercadorias	201
4.3.6 Prova pericial	203
4.3.7 Diligências	204
4.3.8 Prova indireta ou indiciária	206
4.3.9 Ônus da prova x presunção de legitimidade	207
4.3.10 Provas ilícitas	214

Capítulo V – LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO

5.1 Anotações introdutórias	216
5.2 Conceito	219
5.3 Lançamento por processo eletrônico	224
5.4 Competência privativa para lançar	225
5.5 Eficácia declaratória ou constitutiva do lançamento	228

5.6	<i>O lançamento e a vigência da legislação no tempo</i>	229
5.7	<i>Notificação do lançamento para efeitos jurídicos</i>	233
5.8	<i>A responsabilização solidária no lançamento e o direito ao contraditório e defesa em processo administrativo tributário</i>	234
5.9	<i>Lançamento, exigibilidade e exequibilidade do crédito tributário</i>	240
5.10	<i>Lançamento x medidas judiciais</i>	242
5.11	<i>Constituição definitiva do crédito tributário como início do prazo prescricional</i>	246
5.12	<i>Modalidades de lançamento</i>	251
5.12.1	<i>Lançamento de ofício ou direto</i>	252
5.12.2	<i>Lançamento por declaração ou misto</i>	253
5.12.3	<i>Lançamento por homologação</i>	253
5.13	<i>Alteração do lançamento</i>	259
5.14	<i>A revisão do lançamento tributário de ofício (CTN, art. 149)</i>	264
5.14.1	<i>Revisão do lançamento ou do procedimento fiscal? ...</i>	267
5.14.2	<i>Revisão do lançamento por erro de direito ou erro de fato</i>	270
5.14.3	<i>Impossibilidade de revisão de lançamento em razão da modificação de critério jurídico da autoridade administrativa</i>	280
5.15	<i>Reemissão do lançamento cancelado por vício formal, com a reabertura do prazo decadencial, segundo o art. 173, II, do CTN</i>	283
5.15.1	<i>Vício formal</i>	286
5.15.2	<i>Incompetência da autoridade notificante como vício formal de lançamento</i>	289
5.15.3	<i>Nossa posição sobre o tema</i>	291

Capítulo VI – PROCEDIMENTO DE FISCALIZAÇÃO DE TRIBUTOS

6.1	<i>Aspectos gerais</i>	295
------------	-------------------------------------	-----

6.2	<i>Termos de fiscalização e o benefício da espontaneidade</i>	299
6.3	<i>Intimações</i>	310
6.4	<i>Intimação para apresentação de documentos extrafiscais</i>	314
6.5	<i>Prazo para guarda de documentos e livros fiscais</i>	317
6.6	<i>Sigilos fiscal e bancário</i>	319
6.7	<i>Sigilo de dados</i>	325
6.8	<i>Desconsideração dos atos ou negócios jurídicos (parágrafo único do art. 116 do CTN)</i>	327
6.9	<i>Fiscalização de mercadorias em trânsito e suspensão do benefício da espontaneidade</i>	332
6.10	<i>Termo aditivo de correção de lançamento tributário</i>	334
6.11	<i>Procedimento de fiscalização e a relação fisco x contribuinte</i> ..	335
6.12	<i>Providências pós-ação fiscal</i>	337

Capítulo VII – AS INVALIDADES DOS ATOS NO PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO

7.1	<i>Anotações gerais e introdutórias</i>	339
7.2	<i>Ato nulo</i>	344
7.3	<i>Ato anulável</i>	344
7.4	<i>Ato irregular</i>	345
7.5	<i>Convalidação</i>	345

Capítulo VIII – DA CONSULTA TRIBUTÁRIA

8.1	<i>Anotações introdutórias</i>	347
8.2	<i>Os efeitos da consulta diante das obrigações tributárias</i>	351
8.3	<i>Interessada legítima para formular consulta</i>	356

Bibliografia	357
---------------------------	-----